

Vogais suplentes:

Manuel da Silva António, vereador.

Isabel Maria da Conceição Ribeiro Nunes, chefe de secção.

15 — Em cumprimento do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi feita consulta à BEP, não existindo quaisquer candidatas em situação de mobilidade especial, conforme ofício da DGAP n.º 2332, de 23 de Março de 2007.

27 de Abril de 2007. — O Presidente da Câmara, *Luís Ribeiro Pereira*.

2611015498

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO

Aviso n.º 9674/2007

Para os devidos efeitos e por meu despacho de 7 de Maio do corrente ano, nomeei definitivamente para os lugares de assistentes administrativas Paula Cristina Fernandes Cerdeira e Carina Gomes Enes dos Reis, após terem cumprido o período de seis meses em comissão de serviço, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

10 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel Joaquim Barata Frexes*.

2611015401

CÂMARA MUNICIPAL DA GOLEGÃ

Aviso n.º 9675/2007

Prorrogação de contrato de trabalho a termo resolutivo

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho de 14 de Maio de 2007, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi prorrogado, por mais um ano, o prazo do contrato de trabalho a termo resolutivo celebrado em 1 de Junho de 2006, ao abrigo do n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com António Carlos de Sousa Medinas para o exercício das funções de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, ficando válido até 1 de Junho de 2008.

A celebração do contrato foi publicada no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 110, de 7 de Junho de 2006.

14 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Veiga Maltez*.
2611015349

Aviso n.º 9676/2007

Prorrogação de contrato de trabalho a termo resolutivo

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho de 14 de Maio de 2007, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi prorrogado, por mais um ano, o prazo do contrato de trabalho a termo resolutivo celebrado em 1 de Junho de 2005, ao abrigo do n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com António Paulo Caria dos Reis Rodrigues, para o exercício das funções de técnico de 2.ª classe, ficando válido até 1 de Junho de 2008.

A celebração do contrato foi publicada no apêndice n.º 88 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 122, de 28 de Junho de 2005.

14 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Veiga Maltez*.
2611015353

Aviso n.º 9677/2007

Prorrogação de contrato de trabalho a termo resolutivo

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho de 14 de Maio de 2007, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi prorrogado, por mais um ano, o prazo do contrato de trabalho a termo resolutivo celebrado em 6 de Junho de 2005, ao abrigo do n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com João Carlos da Silva Pinto, para o exercício das funções de motorista de pesados, ficando válido até 6 de Junho de 2008.

A celebração do contrato foi publicada no apêndice n.º 95 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 132, de 12 de Julho de 2005.

14 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Veiga Maltez*.
2611015351

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Rectificação n.º 670/2007

Aviso de rectificação

Para os devidos efeitos, rectifica-se o aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 161, de 22 de Agosto de 2006, referente à nomeação de Nuno António Nogueira da Costa como adjunto do vice-presidente. Assim, onde se lê «foi nomeado, em regime de comissão de serviço e com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006,» deve ler-se «foi nomeado com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006».

10 de Maio de 2007. — Por delegação do Presidente da Câmara, a Vereadora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria Germana Sousa Rocha*.

2611015402

CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Aviso n.º 9678/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que foi celebrado, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e na alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, o contrato de tarefa com Maria do Rosário Frade Belo Bicker, assistente de acção educativa, em 2 de Maio de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Maio de 2007. — A Vereadora Permanente, com competências delegadas, *Ana Maria Mendes Oliveira*.

26110152372

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

Aviso n.º 9679/2007

Concursos externos de ingresso

1 — Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do vereador de pessoal de 12 de Abril de 2007, no uso de competências para o efeito, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se encontram abertos concursos externos de ingresso para:

- 1.1 — Dois técnicos superiores estagiários, administração pública;
- 1.2 — Um técnico superior estagiário, recursos humanos;
- 1.3 — Um técnico superior estagiário, engenheiro civil;
- 1.4 — Um técnico superior estagiário, geógrafo;
- 1.5 — Um técnico superior estagiário, psicólogo;
- 1.6 — Um técnico superior estagiário, indiferenciado;
- 1.7 — Um engenheiro técnico civil, estagiário;
- 1.8 — Um técnico profissional de turismo de 2.ª classe;
- 1.9 — Três auxiliares administrativos;
- 1.10 — Um auxiliar de acção educativa, nível 1;
- 1.11 — Um auxiliar técnico de museografia.

2 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, 265/88, de 26 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 233/94, de 15 de Setembro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, 184/2004, de 29 de Julho, e 241/2004, de 30 de Dezembro.

3 — O prazo de candidatura é de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso.

4 — Os concursos visam exclusivamente o preenchimento dos lugares indicados.

4.1 — O concurso referido no n.º 1.6 (técnico superior indiferenciado) é válido por um ano.

4.2 — De acordo com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, tem preferência em igualdade de classificação o candidato portador de deficiência, cujo grau de incapacidade seja igual ou superior a 60%.

4.3 — Dos três lugares de auxiliar administrativo é fixada a reserva de um lugar para candidatos com deficiência, devidamente comprovada, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

Para efeitos de admissão ao concurso, os candidatos com deficiência terão de apresentar declaração do grau de incapacidade, tipo de deficiência, assim como indicar as respectivas capacidades de comunicação e expressão.